

## **A INADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE E A CONSEQUÊNCIA PARA A LEITURA NO BRASIL**

### **THE INADEQUACY OF TEACHER TRAINING AND THE CONSEQUENCE FOR READING IN BRAZIL**

Arthur Vieira Duran <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo é fruto da percepção sobre as recentes pesquisas sobre a educação no Brasil. As informações obtidas na avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) foram comparadas com os dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado em 2020. A análise dos resultados do Censo Escolar explicita a inadequação da formação docente, ou seja, professores sem a formação adequada estão lecionando disciplinas nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Em seguida, são abordados os resultados do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), que apresentam desanimadores desempenhos dos alunos, especificamente no teste de Leitura e Letramento em Leitura. Assim, esse estudo tem como objetivo analisar a relação entre as informações das pesquisas e apresentar a necessidade de investimentos profundos na educação, em especial na carreira docente, para tornar compatível a formação e o exercício dos professores, sendo assim capazes de melhorar os índices educacionais.

**Palavras-chaves:** Avaliação. Leitura. Censo Escolar. Formação de professores.

#### **ABSTRACT**

This article is the result of the perception of recent research on education in Brazil. The information obtained in the evaluation of the International Student Assessment Program (PISA) was compared with data from the School Census of Basic Education, carried out in 2020. The analysis of the results of the School Census explains the inadequacy of teacher training, that is, teachers without adequate training are teaching subjects in the early and late years of elementary school. Then, the results of the International Student Assessment Program (PISA) are discussed, in which they present disappointing student performance, specifically in the Reading and Literacy in Reading test. Thus, this study aims to analyze the relationship between research information and present the need for deep investments in education, especially in the teaching career, to make teacher training and practice compatible, thus being able to improve educational rates.

**Keywords:** Assessment. Reading. School Census. Teacher training.

#### **INTRODUÇÃO**

Os indicadores educacionais apresentam dados estatísticos que descrevem as peculiaridades da realidade das escolas no Brasil, sendo importante instrumento que facilita a compreensão e futuros investimentos no âmbito educacional. Os parâmetros, quantitativos e/ou

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em Geografia e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: arthur.duran@hotmail.com

qualitativos, sintetizam os aspectos relevantes da situação educacional, e apresentam o desempenho dos alunos, o cenário social e econômico e todo o contexto em que os sistemas educacionais estão inseridos. Dessa forma, possibilita a criação de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Censo Escolar de 2020, divulgou diversos resultados sobre importantes indicadores da Educação Básica no Brasil. Diante da importância do documento e da necessidade de mensurar a aprendizagem escolar, observamos a inadequação da formação docente, que aponta para números preocupantes. Em outras palavras, a atuação de muitos professores não é condizente com suas formações, ocasionando riscos à educação, em especial aos educandos.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o PISA, apresenta informações sobre o desempenho dos estudantes de 15 anos, permitindo a avaliação dos conhecimentos e das habilidades em três domínios: Leitura, Matemática e Ciências. A última edição apresentou o domínio principal em Leitura, cujos questionários se concentraram na coleta de informações relacionadas a esse domínio. O relatório apresentou um desempenho em Leitura abaixo da média dos outros países participantes, e estatisticamente sem alterações nos últimos anos (BRASIL, 2018, p. 15).

No bojo dessa discussão, infelizmente, a atuação de profissionais com formação em outras áreas do conhecimento, ou até sem formação superior, resulta em condições ruins para o pleno desenvolvimento dos alunos, especialmente no PISA. É essa perspectiva que deu sentido à realização desta pesquisa, em que objetivamos unir essas informações para enriquecermos os debates sobre a necessidade de investimento na carreira docente.

Está implícita nesse contexto a difícil realidade dos professores, que se encontram desvalorizados e desmotivados com baixos salários e péssimas condições de trabalho. Diante disso o que se verifica é a baixa atratividade dos jovens pelos cursos de licenciatura, resultando na falta de profissionais habilitados para o exercício docente (ALMEIDA *et al.*, 2014, p. 120).

Por fim, para mitigar os problemas expostos, apresentamos a proposta de investimentos em políticas públicas que possam valorizar os professores, torná-los motivados e prestigiá-los com uma carreira mais atraente. Dessa forma, os jovens se sentirão motivados a ingressar em curso de licenciatura.

## 1. A (IN)ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Os indicadores educacionais são instrumentos que nos permitem avaliar e promover debates sobre os problemas que impactam a educação no Brasil. As múltiplas informações apresentadas pelas pesquisas nos possibilitam contextualizar resultados e traçar novas estratégias sobre a educação, inclusive sobre a atuação do docente. Normalmente, esperamos que os professores tenham a formação específica na disciplina que lecionam. Entretanto, essa não é a realidade em muitas escolas, ou seja, há muitos professores atuando sem a formação exigida. Assim, muitos profissionais sem formação superior ou com formação em outro campo de conhecimento são responsáveis pela educação.

A Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional norteia a formação docente:

Art. 62. A formação de docentes **para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério** na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, Grifos nossos)

A premissa para o bom desenvolvimento da disciplina é o necessário domínio de conteúdos próprios de cada ciência, pelos professores que atuam na área em que são formados. Todavia, a realidade encontra-se oposta à lei, uma vez que o quantitativo de docentes sem habilitação apropriada é muito elevado. Assim, os componentes curriculares são lecionados por professores de outras áreas ou sem formação superior, comprometendo o desempenho dos estudantes (CARMO *et al.*, 2014, p. 26).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentou o Censo Escolar da Educação Básica, realizado em 2020, que trouxe a realidade das escolas: professores, gestores, turmas e alunos de todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica no Brasil. As informações coletadas são utilizadas para a formulação, o monitoramento e as avaliações de políticas públicas no âmbito da educação. Sendo assim, é importante documento para os estudos e os rumos da educação, visto que é realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de Educação, com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, abrangendo as diferentes etapas e modalidades da educação básica: ensino regular, educação especial, EJA e educação profissional (BRASIL, 2020, p. 4).

Diante da pluralidade de temas abordados pelo Censo, observou-se a inadequação da formação dos docentes no Brasil, em especial, para os professores que lecionam nos anos

iniciais e finais do Ensino Fundamental. Em outras palavras, o indicador analisado apresenta a relação entre a formação dos docentes e as disciplinas que eles lecionam.

Os anos iniciais apresentam, em média, 66,81% da adequação da formação dos professores. O componente curricular que possui menor porcentagem de profissionais atuando na área de formação é a Língua Estrangeira, com apenas 31,3%. 33,19% dos profissionais que atuam nos anos iniciais se enquadram como: sem licenciatura ou complementação pedagógica, licenciatura ou bacharelado em disciplina diferente daquela que lecionam ou sem formação superior (BRASIL, 2020, p. 36).

Nos anos finais, em média 60,11% dos docentes possuem licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma disciplina que lecionam. Assim, 39,89% do quadro de profissionais são ocupados por pessoas sem as condições integrais para a formação na disciplina. Os números evidenciam outro fator nos anos finais, 26,55% do quadro total de professores no Brasil possuem licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em disciplina diferente daquela que lecionam (BRASIL, 2020, p. 36).

Considerando a escassez de professores, é importante ressaltar que o Plano Nacional de Educação (PNE) objetivou como meta, a de número 15, que todos os professores possuam formação específica de nível superior.

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado **que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam** (BRASIL, 2014, Grifos nossos).

A falta de professores habilitados para cada disciplina é uma realidade que enfrentamos há anos. As políticas educacionais de formação de professores “[...] sempre se mostraram fragmentárias, respondendo a pressões imediatistas a alguns movimentos sociais emergentes, e, particularmente, dos que tinham “voz” ou alguma função de poder e influência em dado momento” (GATTI *et al.*, 2019, p. 31). Assim, o pouco investimento na formação inicial dos docentes, os baixos financiamentos para a Educação Básica e os errôneos projetos de ensino superior nas licenciaturas provocaram avanços insatisfatórios no ensino (GATTI *et al.*, 2019, p. 33).

Não pode ser negligenciado que outros fatores interferem na inapropriada formação e atuação dos professores, entre os quais a expansão da oferta da Educação Básica e os esforços

para a inclusão social, com a abertura para segmentos sociais que antes não eram contemplados no atendimento escolar. Como consequência, tem-se uma demanda cada vez maior de professores em todos os níveis do ensino escolar (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 12).

É importante ressaltar, ainda, que o desprestígio profissional no exercício da profissão docente é outro fator preponderante para esse cenário. As insatisfações e as múltiplas formas de esgotamento afetam o exercício profissional, resultando, possivelmente, na desistência do seguimento da carreira. “Entre outros fatores, carreira e salários que estão associados a desprestígio profissional com certeza pesam tanto na procura por esses cursos, como sobre o ingresso e permanência na profissão” (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 240). Diante desse contexto, a profissão docente apresenta uma sistêmica desvalorização, consequentemente as novas gerações veem a carreira como desestimulante, determinando na falta de professores no mercado de trabalho.

Nas palavras de Freire (1997, p. 19), a inadequação dos docentes apresenta os descasos com a educação e a irresponsabilidade ética e profissional:

O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. **A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes** (FREIRE, 1997, p. 19, Grifos nossos).

A educação deve ser tratada com seriedade e comprometimento, devendo ser a capacitação docente princípio básico. A inadequação dos profissionais é um desrespeito a docentes e discentes, e deve ser motivo de manifestações “[...] de luta contra o desrespeito dos poderes públicos pela educação, de um lado, é a nossa recusa a transformar nossa atividade docente em puro bico [...]” (FREIRE, 1996, p. 68). Pelo exposto, torna-se necessária a conscientização dos efeitos negativos para o futuro da educação e a necessidade de recusar a submissão da desprofissionalização docente.

Assim como **não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina** não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. **Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade.** É o respeito jamais negado ao educando, a seu saber de experiência feito que busco superar com ele. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência na classe. A coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço (FREIRE, 1996, p. 103, Grifos nossos).

Dessa forma, deve haver coerência no papel docente entre o que se diz e o que se faz, em outras palavras, a conduta do professor em relação aos seus educandos deve ser norteada por princípios e valores dentro e fora da sala de aula. Nesse sentido, os docentes devem, essencialmente, obter a formação necessária, e conduzir com responsabilidade os educandos, isto é, não apenas limitar-se a ensinar o conteúdo. O exercício docente explicita dimensões éticas em seus comportamentos, na condução de uma educação comprometida e responsável pela ética do ser humano, sendo importante na construção da sociedade (FREIRE, 1996, p. 118).

Portanto, a inadequação da formação docente está atrelada aos baixos investimentos na educação, em que os professores, desmotivados e necessitando reconhecimento, como melhorias salariais, são submetidos a aceitarem cargos incoerentes às suas formações. Nessa perspectiva, “[...] o sentimento de insatisfação é crescente e tem se agravado com a falta de políticas que promovam a articulação entre a formação, a valorização e o desenvolvimento profissional” (GATTI *et al.*, 2019, p. 178). Diante desse contexto, podemos inferir que o resultado para a educação, especialmente para os discentes, são as habilidades e competências mal desenvolvidas. Assim, é preciso reivindicar novos rumos para a educação, na qual cada docente atue de acordo com seu conhecimento.

## **2. O DOMÍNIO DA LEITURA: UMA ANÁLISE DO PISA**

Conforme apresentado anteriormente, a inadequação da profissão docente requer uma compreensão dos impactos negativos para a educação. Apesar da regulamentação de leis e dos investimentos, a falta de educadores ainda é uma realidade no Brasil que ocasiona fatores negativos à educação, em especial aos educandos. Intrínsecas à não condizente formação e atuação dos professores estão múltiplas consequências prejudiciais, entre elas o baixo desempenho dos alunos no Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, o PISA.

O PISA é coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e caracteriza-se por ser uma avaliação em larga escala, que avalia e disponibiliza indicadores de qualidade dos sistemas educacionais de diversos países. As avaliações são realizadas a cada três anos e compreendem três domínios: a Leitura, a Matemática e a Ciências (ANDRÉ; ARAÚJO, 2017, p. 54).

O documento Brasil no PISA 2018 é uma coletânea de informações sobre o desempenho dos estudantes de 15 anos de idade na 7ª edição do Programme for International Student Assessment (PISA) (no Brasil, Programa de Avaliação

Internacional de Estudantes), **estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** (BRASIL, 2018, p. 13, Grifos nossos).

As notas alcançadas por cada país são calculadas mediante média que considera os resultados de alunos em testes, dados demográficos dos países e respostas dos alunos e das escolas a questionários socioeconômicos (ANDRÉ; ARAÚJO, 2017, p. 54). É importante ressaltar que o exame não avalia apenas a reprodução de conhecimentos, mas a aplicação do que os discentes aprenderam em situações fora do contexto escolar.

Assim, a pesquisa apresenta-se como importante ferramenta para a regulamentação e produção de políticas educacionais. Em outras palavras, os resultados e as comparações com outros países são parâmetros para nortear e formular políticas e programas que visam à melhoria da qualidade e à equidade dos resultados de aprendizagem (BRASIL, 2018, p. 13).

Mais e mais **gestores estão utilizando os resultados de estudos como o PISA para tomar decisões sobre a educação – por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece uma meta de melhoria do desempenho dos alunos da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem no PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido** (BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). Dessa maneira, é importante que atores do contexto escolar, especialistas e a sociedade em geral entendam a avaliação e o que sustenta seus objetivos, de modo a pensar como poderão fazer a diferença nos resultados dos estudantes brasileiros. A proposta deste relatório é fornecer subsídios para esse entendimento e incentivar a discussão sobre os resultados do Brasil no PISA 2018 (BRASIL, 2018, p. 16, Grifos nossos).

Conforme apresentado, o PISA avalia três diferentes áreas do conhecimento em sua prova, todavia, em todas as edições é avaliado um domínio principal. Em 2018, ano do último PISA, foi considerada a Leitura como conhecimento em foco, “[...] o que significa que os estudantes responderam a um maior número de itens no teste dessa área do conhecimento e que os questionários se concentraram na coleta de informações relacionadas à aprendizagem nesse domínio. (BRASIL, 2018, p. 13 e 14). Dessa forma, os resultados sobre a Leitura puderam ser comparados com os índices anteriores, apresentando as possíveis mudanças históricas sobre a Leitura.

O exame analisou as habilidades em Leitura e o letramento em Leitura. No conceito de Leitura, esta “é vista como um processo “ativo”, que implica não apenas a capacidade para compreender um texto, mas a capacidade de refletir sobre ele e de envolver-se com o texto, a

partir das ideias e experiências próprias” (BRASIL, 2010, p. 1). Já o Letramento em leitura “consiste em compreender, utilizar, refletir sobre e envolver-se com textos, a fim de alcançar objetivos pessoais, construir conhecimento, desenvolver o potencial individual e participar ativamente da sociedade” (BRASIL, 2010, p. 1). No âmbito dos conceitos sobre Leitura e letramento em Leitura, salienta-se que essas habilidades são consideradas de acordo com as mudanças da sociedade, economia, cultura e tecnologia. Assim, os conhecimentos não estão restritos à escolarização, ao contrário, sendo valorizados os contínuos progressos adquiridos em diversos contextos durante a vida (BRASIL, 2018, p. 44).

Morin ao discutir sobre a educação na contemporaneidade, afirma que:

Porém, quanto **mais somos envolvidos pelo mundo, mais difícil é para nós apreendê-lo**. Na era das telecomunicações, da informação, da Internet, estamos **submersos na complexidade do mundo, as incontáveis informações sobre o mundo sufocam nossas possibilidades de inteligibilidade** (MORIN, 2000, p. 64, Grifos nossos).

No bojo desta discussão, aqui reside o desafio da educação na atualidade, em conciliar as múltiplas informações e tecnologias disponíveis com os estudos, principalmente com a Leitura. Nesse sentido, deve-se deixar claro que o letramento é um conceito para referir-se aos usos da língua escrita, não somente na escola, mas em todo lugar. Vivemos em uma sociedade do conhecimento, ou seja, o letramento engloba “[...] o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet” (KLEIMAN, 2005, p. 21). Dessa forma, o Letramento em leitura é entender e refletir sobre os conhecimentos para que seja capaz de participar da sociedade.

Desse modo, o PISA define os objetivos do domínio em Leitura como:

Para o propósito do letramento de Leitura do PISA, o objetivo do instrumento cognitivo foi **medir o domínio dos estudantes sobre os processos de letramento em Leitura através da manipulação de tarefas e fatores de texto**. Um questionário adicional analisou alguns dos fatores do leitor, como motivação, disposição e experiência. **Ao projetar a avaliação de letramento de Leitura do PISA, as duas considerações mais importantes foram, primeiro, assegurar uma ampla cobertura do que os estudantes leem e para que propósitos leem, dentro e fora da escola, e, segundo, representar uma escala natural de dificuldade em textos e tarefas** (BRASIL, 2018, p. 48, Grifos nossos).

As provas do PISA, normalmente, não exigem informações complexas e interdisciplinares. As dificuldades apresentam-se na busca das informações contidas nos próprios textos disponibilizados, ou seja, a avaliação não permite uma análise crítica e/ou uma compreensão mais ampla do mundo. Isto é, compete ao aluno a apreensão das informações e a busca pelas questões assertivas (ANDRÉ; ARAÚJO, 2017, p. 68 e 69).

Os resultados obtidos pelos alunos brasileiros no último exame apresentaram um melhor desempenho em letramento em Leitura, em relação à edição de 2015. Todavia, “A média de proficiência dos jovens brasileiros em letramento em Leitura no PISA 2018 foi de 413 pontos, 74 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (487 pontos)” (INPE, 2018, p. 61). Assim, a média de desempenho em 2018 não apresenta diferenças significativas estatisticamente, ou seja, a proficiência nesse domínio melhorou entre 2000 e 2009, mas, oscila em torno de 410 pontos (BRASIL, 2018, p. 64).

É importante ressaltar que há variações dos resultados dos estudantes brasileiros de acordo com sua localização, entre os alunos de escolas públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas. Somado a esses fatores, os estudantes com maiores percursos escolares apresentam maiores índices médios em Leitura. Isto é, os estudantes que cursam o Ensino Médio alcançaram melhores Leituras, visto que dispõem dos processos cognitivos mais estabelecidos nesse domínio (BRASIL, 2018, p. 73).

Todavia, pelo exposto, pode-se inferir que os índices em Leitura e letramento em Leitura nas últimas pesquisas apresentam dados estabilizados, ou seja, o país não consegue a progressão dos resultados. Apesar das diferenças entre os alunos e entre as escolas, é explícito que os índices expõem a fragilidade da educação, sendo importante o investimento na profissionalização e motivação de todos os atores educacionais para que possam atingir índices melhores.

Portanto, ressalta-se a importância da valorização do papel docente na potencialização de habilidades e competências dos alunos, sendo relevantes para superarem junto com os alunos as dificuldades em relação à leitura.

**Crianças que tiverem uma relação afetiva e prazerosa com o livro de histórias** – na creche, no lar, na escolinha – poderão achar um sentido para qualquer atividade de decodificação (até mesmo entediante exercícios de cópia do quadro-de-giz), porque **já conhecem múltiplas funções da palavra escrita por si mesmas**, sem a ajuda do adulto (KLEIMAN, 2005, p. 35, Grifos nossos).

Por fim, os educandos que tiverem maior interação com livros, consequentemente, alcançarão melhores índices de Leitura, sendo assim necessários investimentos em educadores

que possam incluir a leitura de acordo com a realidade escolar. Entretanto, os docentes necessitam ser formados e, principalmente, atuar em sua área de graduação. Os dados do PISA apresentam uma relação tênue com a inadequação da formação docente. A incapacidade do profissional com a disciplina limita incluir temas, livros, tecnologias, isto é, metodologias que estimulem a leitura dos alunos. Portanto, os investimentos na adequação e capacitação dos professores devem ser progressivos, para que possam ser mediadores na formação de leitores.

### 3. O INVESTIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante da escassez de professores e do desempenho dos estudantes no PISA, é preciso repensar os caminhos e nortear os investimentos para mitigarmos a precariedade da educação, sendo necessárias políticas educacionais que sejam eficazes, que promovam mudanças significativas na busca da transformação do atual cenário. Assim, reafirmamos a indispensável valorização dos docentes como agentes principais de mediação entre o conhecimento e os alunos, necessitando reconhecimento da sua importância na formação dos discentes e da sociedade.

Portanto, se queremos uma educação voltada para a formação integral do aluno, **é necessário investir na capacitação dos professores, buscando o aprimoramento para atingir a excelência. Esse é o caminho para desenvolver habilidades leitoras transformando o professor em um mediador leitor**, e portanto, competente (OLIVEIRA; BATISTA, 2018, p. 77, Grifos nossos).

Os investimentos em políticas públicas precisam ser articulados, indo além do reconhecimento dos professores, sendo necessárias políticas que visem à maior interação da família, atrelando a busca de maiores incentivos à prática de leitura. Outro fator preponderante são os investimentos em tecnologia, sendo capazes de estimular e tornar prazerosa a leitura. Por fim, orientações curriculares e investimentos no acervo das bibliotecas são ações que potencializam os resultados em indicadores educacionais. Assim, o alcance de resultados satisfatórios está intrínseco às ações sistêmicas, em que todos os setores da educação sejam beneficiados (OLIVEIRA; BATISTA, 2018, p. 76).

Nas palavras de Saviani, o exercício docente está vinculado ao contexto desprestigiado:

[...] não posso me furtar de chamar a atenção para o fato de que a questão **da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam** a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como

fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos (SAVIANI, 2009, p. 153, Grifos nossos).

Os investimentos em educação, especialmente na profissão docente, promoverão a qualificação da formação dos discentes, uma vez que, com “[...] professores altamente qualificados e fortemente motivados no exercício de sua atividade profissional, a qualidade do trabalho pedagógico necessariamente se elevará. E estará resolvido o problema da qualidade da educação, tão debatido nos dias atuais” (SAVIANI, 2011, p.18). Assim, a profissão docente se transformará em atraente socialmente e será capaz de atrair muitos jovens aos cursos de graduação (SAVIANI, 2011, p. 18).

Não podemos ignorar que o exercício docente, apesar das dificuldades desde a sua formação, possui grande responsabilidade social. O papel do professor está atrelado à busca por ações que despertem a curiosidade e desenvolvam os conhecimentos, ou seja, são responsáveis por instigar o interesse pela leitura nos discentes. “Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (FREIRE, 1996, p. 26). Aqui reside a importância dos investimentos na adequação e de maiores estímulos à formação docente, pois cada professor torna-se responsável por seu campo de conhecimento e por facilitar a leitura dos alunos. Dessa forma, a naturalidade das indicações de livros e o domínio dos temas são facilitadores nesse processo de desenvolvimento das habilidades leitoras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da análise das informações geradas pelo Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, o PISA, e o Censo Escolar da Educação Básica foi possível perceber que a inadequação da formação docente possui relação com os baixos índices em Leitura e letramento em Leitura dos alunos brasileiros. Dessa forma, infelizmente, muitos docentes lecionam disciplinas que não são correspondentes à sua formação, colocando em risco a formação dos educandos. Não podemos ignorar que esse contexto está alicerçado em condições precárias para o exercício docente, sendo refletido nos dados educacionais, ou seja, no sucateamento das escolas, nos baixos salários, entre outros fatores, fazendo com que profissionais de outras áreas de conhecimento e professores de outros componentes curriculares procurem lecionar, acarretando consequências negativas aos educandos.

Não podemos ignorar que a carreira de professor não é vista na ótica dos jovens como uma carreira promissora, visto o desprestígio social e econômico. Diante dessa realidade, é

importante apresentarmos a necessidade de investimentos sistêmicos na educação, principalmente na formação e na continuidade da carreira docente. A educação deve ser tratada com seriedade e planejamento, na qual possamos encontrar novas tecnologias nas escolas, maior participação da família, maiores investimentos na formação dos professores e nas estruturas físicas das escolas, em especial em novas bibliotecas.

Portanto, espero contribuir para que os docentes possam lutar por melhores condições de trabalho e não se submetam a lecionar disciplinas para as quais não estejam preparados. Por fim, espero colaborar com o exercício da autocrítica na atuação docente, com a importância da formação de novos cidadãos e da sociedade, o que requer responsabilidade, compromisso e incentivo na promoção da leitura. Assim, é importante que reconheçamos a necessidade de mudança nos caminhos da educação. A partir do novo caminho traçado, iniciar com ações efetivas de incentivo à prática da leitura. É imprescindível salientar que pretendemos uma educação condizente com os princípios estabelecidos, em que os professores formados sejam responsáveis por suas disciplinas, para assim termos condições de elevarmos os índices educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Albieri de; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina Muniz Rossa. Quais as razões para a baixa atratividade da docência por alunos do Ensino Médio? **Revista Psicologia: Ensino & Formação**, v. 5, p. 103-121, 2014.

ANDRÉ, Tamara Cardoso; ARAÚJO, Enaide Severo de. O modelo de letramento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 15, n. 1, p. 51-70, jan./jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PISA 2010**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/letramento\\_leitura.pdf](https://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/letramento_leitura.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Brasil no PISA 2018. Versão Preliminar**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio\\_PISA\\_2018\\_preliminar.pdf](https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf). Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2020**. Ministério da Educação, 2021. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2020/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf).

Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 17 maio 2021

CARMO, Erinaldo Ferreira; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SILVA, Lucas. Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no ensino médio regular. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, v. 4, p. 24-37, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 1996.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1997.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: Ed. Unesco, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; André, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; Almeida, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil**: Novos Cenários de Formação. Brasília.: Ed. Unesco, 2019.

KLEIMAN, Ângela B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Linguagem e Letramento em foco. Cefiel, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Ed. UNESCO/Cortez Editora, 2000.

OLIVEIRA, Mônica Luiza Lages de; BATISTA, Geisa Mara. Breve História da Leitura Escolar no Brasil: a formação de leitores. **Revista Papéis**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Campo Grande-MS, v. 22, n. 44, p. 64 a 85, 2018.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores no Brasil: dilemas e Perspectivas. **Póiesis Pedagógica**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2011.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.